



Munich Personal RePEc Archive

**Defense Expenditures in Brazil: a
qualitative analysis of the federal budget
for the period from 2001 to 2007**

Reiss, Daniel G

Universidade de Brasília

2008

Online at <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/47373/>
MPRA Paper No. 47373, posted 05 Jun 2013 12:24 UTC

GASTOS DE DEFESA NO BRASIL: ANÁLISE QUALITATIVA DO ORÇAMENTO NACIONAL NO PERÍODO DE 2001 A 2007

Defense Expenditures in Brazil: a qualitative analysis of the
federal budget for the period from 2001 to 2007

Daniel Gersten Reiss¹

Resumo

O trabalho objetiva analisar a adequação dos gastos orçamentários brasileiros na função defesa nacional às necessidades nacionais com o provimento deste bem público. Constatou-se a inexistência de indicadores que permitam mensurar a eficácia dos gastos em termos da Política de Defesa Nacional. Sendo assim, executam-se avaliações comparativas das contas de defesa. Observa-se que os gastos nacionais com defesa seguem uma tendência mundial de redução de sua participação no total das contas nacionais, não se constituindo, portanto, um descaso orçamentário com a área, embora percentualmente em relação ao total, pudesse ser obtida essa impressão. Observa-se ainda a existência de exemplos que poderiam indicar que a melhor gestão desta área em termos de eficiência poderia permitir maior efetividade das ações relacionadas.

Palavras-chave: orçamento brasileiro de defesa; qualidade dos gastos públicos; política de defesa nacional.

Classificação: Códigos JEL: H56, H60, O57

Abstract

This paper aims to examine the adequacy of the Brazilian budget expenditures in the national defense function to the national needs of this public good provision. The lack of indicators allowing to measuring the effectiveness of spending in terms of the National Defense Policy is remarked. For that reason, comparative evaluations of defense accounts are held. It is observed that Brazilian expenditure on defense follows a global trend of reducing its share on national budgets; hence it does not imply a Brazilian disregard to this budget area, even though such impression could be obtained regarding its ratio to the overall expenditures. We also observe some examples that could indicate a better management of this area in terms of efficiency could allow greater effectiveness of related actions.

Keywords: Brazil's defense budget; quality of public spending; national defense policy.

Classification: JEL Codes: H56, H60, O57

¹ O autor é mestre em economia, especialista em relações internacionais, ambos pela Universidade de Brasília, e graduado em ciências navais, pela Escola Naval. E-mail: danielreiss@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A busca pela estabilidade do poder de compra da moeda impôs, nos anos recentes, limitações aos gastos desenfreados antes ocorridos no Brasil; fato que pode ser observado principalmente após o forte ajuste primário ocorrido em 1999². É de se esperar, portanto, que sejam observadas reduções no orçamento de todas as ações executadas pelo Estado. Desta forma, um questionamento consequente é a influência da redução de gastos em cada uma das funções executadas pelo Estado.

Estas funções atribuídas ao estado moderno, assim como a intensidade de cada uma destas funções, têm apresentado relativo grau de variação ao longo do desenvolvimento da sociedade contemporânea³. As alterações nos aspectos nos quais devem ocorrer intervenções e de qual forma elas devem ser realizadas são constantes centros de discussões políticas e econômicas. As pesquisas na área de economia têm se concentrado nas análises sobre rendimentos do trabalho, desigualdade social, investimento, estabilidade monetária e crescimento econômico. Não é sem causa esta orientação. São estes os temas que influenciam de forma mais imediata e clara o cotidiano dos indivíduos e, portanto, exigem respostas mais fortemente. Educação, saúde e trabalho talvez sejam as funções estatais de maior exposição para a sociedade.

Por outro lado, juntamente com essas funções comumente estudadas por economistas, temos outra que não se associa diretamente à vida diária e tampouco se associa diretamente ao histórico nacional. A função defesa nacional está associada a uma das formas de intervenção e de garantia do Estado à sociedade até para aqueles que defendem o mais minimalista dos governos, por se tratar de um bem público puro; não excludente e não rival.

Em relação a esta função, é fato que são recorrentes clamores do meio militar pela impossibilidade de manutenção das Forças Singulares com o atual nível orçamentário e que seriam desejáveis gastos consideravelmente maiores. Mas os gastos em defesa são consideráveis. O Brasil – que pleiteia um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU com maior ou menor intensidade política ao longo dos anos – gastou mais de 4% dos seus recursos orçamentários disponíveis no ano 2007 na área de defesa nacional⁴. Se, por um lado, este gasto se situa em 62º lugar mundial em termos relativos⁵, por outro, o Brasil ocupa

² Sobre ajuste fiscal: Giambiagi, 2007.

³ Stiglitz, 2001:50-53.

⁴ SIGA Brasil. Excluída do total a função encargos especiais.

⁵ CIA. The World Factbook, 2008. Referência do ano de 2006. Disponível em:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2034rank.html>. Acesso em: 18/05/2008.

a 14ª posição⁶, em termos absolutos, nos gastos com a finalidade de defesa nacional. Seja em referência ao contexto global, com gastos similares a França, Chile e Austrália⁷, seja em referência ao contexto nacional, as despesas nacionais em defesa têm significativa relevância.

É certo que as necessidades são ilimitadas. E sempre o serão. Entretanto, a existência de uma Política de Defesa Nacional (PDN) – que estabelece os propósitos desta ação estatal – permite que sejam esboçados os objetivos que devem ser atendidos pelo orçamento. Algumas perguntas podem surgir a partir da confrontação entre a PDN e o orçamento:

- O orçamento com defesa nacional é inferior ao necessário para cumprir a PDN?
- O que caracteriza os gastos brasileiros em defesa?
- O orçamento atual é compatível com a realidade econômica brasileira?

Desta maneira, este trabalho busca apresentar um panorama qualitativo dos gastos consignados na função “Defesa Nacional” do Orçamento Geral da União. Busca-se, assim, apresentar uma contribuição para a discussão do tema.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Não é extensa a produção sobre qualidade de gastos orçamentários na área de defesa em nosso país. Este fato poderia sugerir uma contradição, ou mesmo uma prova contrária, à relevância destas despesas. Parece, no entanto, que este tema é colocado à parte por estar comumente associado à *high politics*, refletindo a dissociação entre o tema político-estratégico e o tema econômico, mas é certo que são as contas públicas que viabilizam as teorias estratégicas. Talvez seja isto um indicador do distanciamento reflexivo da questão da segurança pelos quais passam os estudos, projetos e práticas de pesquisa.⁸

Os estudos em economia de defesa se dividem em duas vertentes principais. Uma busca associar gastos de defesa e crescimento; outra são trabalhos econométricos para avaliação das despesas nesta área.

Benoit (1978) defendeu a existência de evidências empíricas de que gastos com defesa se correlacionariam positivamente com crescimento nos países em desenvolvimento⁹, com grau forte o suficiente para ser um determinante significativo, o que contrariaria as teses

⁶ Stockholm International Peace Research Institute. US\$12.800.000.000,00

⁷ CIA. op. cit..

⁸ Brigagão e Proença, 2002:35-36.

⁹ Benoit analisou dados de 44 países entre 1950 e 1965.

mais comuns. Esta visão foi contestada por Deger (1986) que encontrou evidências contrárias, confirmando uma relação negativa entre as duas variáveis e ainda afirmando que retardariam o desenvolvimento econômico. Resultado empírico similar foi encontrado por Antonakis (1999) para dados de seu país – Grécia. Por sua vez, DeRouen e Heo (2001) visaram atualizar os trabalhos anteriormente realizados e estudaram os países da América Latina e afirmaram a associação ser positiva para uns e negativa para outros países, sendo a relação função do regime político e da ajuda militar recebida dos Estados Unidos.

Smith (1980) investigou um modelo que explicasse a demanda por gastos militares, com a percepção da bipolaridade mundial existente à época e, posteriormente, Smith (1989) buscou aprimorar os modelos de gasto militares existentes, realizando testes para dados do Reino Unido e da França.

Estudos econométricos de Hewitt (1992), com dados de 112 países no período 1972 a 1988, buscaram relacionar as variáveis determinantes dos gastos militares, concluindo que a situação financeira do governo seria um fator determinante importante.

Pesquisas também foram efetuadas no sentido de desenvolverem modelos com base na teoria de jogos como o de Melese e Michel (1991). Desai (1995) realizou teste com modelo baseado na teoria de jogos e encontrou resultados satisfatórios, sendo que concluiu por um equilíbrio instável a partir de sua análise de jogos não cooperativos, resultado oposto ao de Deger e Sen (1984).

No Brasil, a produção existente é limitada e, em geral, constituída de textos produzidos por membros das Forças Armadas, o que pode sugerir certo viés pró-institucional que deve ser considerado em suas análises.

A base da análise qualitativa a ser desenvolvida será realizada sobre os objetivos definidos através da Política de Defesa Nacional, em sua versão editada em 2005 pelo governo, principalmente em termos de sua possibilidade de execução em face aos créditos consignados no orçamento e à despesa executada.

Foram observados os trabalhos publicados sobre o tema a ser desenvolvido. Os estudos de Almeida (2001) e Pederiva (2004), publicados pela *Security and Defense Studies Review*, buscam estudar o orçamento de defesa brasileiro. Almeida (2001) relacionou primeiramente os dois temas economia e defesa nacional e, posteriormente, defesa nacional e o orçamento, concluindo pela importância da análise econômica desses gastos, ressaltando o papel do controle externo destas contas em função do distanciamento existente entre este tipo de despesa e a vida corriqueira da sociedade civil. Pederiva (2004) buscou analisar

rudimentarmente os gastos executados em 2001 e terminou por concluir a existência de uma desconexão entre o discurso político realizado para a área de defesa e o orçamento de fato executado.

Fernandes (2006), em sua dissertação de mestrado em Ciência Política na Universidade de Brasília, se propôs a analisar as relações civil-militares nos dois governos de Cardoso e realizou estudos sobre o orçamento de defesa do período. Concluiu pela existência de um distanciamento “entre o que se pode dizer e o que se é capaz ou se está disposto a executar”¹⁰.

Como referência para as tendências orçamentárias, foram utilizados textos atuais publicados por Mendes (2008) e Giambiagi (2007) que analisam o sistema orçamentário nacional e a política fiscal recente. Foram ainda observadas publicações que abrangem a área de política e segurança nacional a fim de proporcionar adequada contextualização do tema, como os de Brigagão e Proença Jr. (2002), Proença Jr. e Duarte (2003).

3. METODOLOGIAS E DADOS

Em relação à metodologia, primeiramente, este trabalho assumirá que os instrumentos de planejamento orçamentário existentes seriam seguidos e cumpridos e os utilizará como marco para a avaliação qualitativa.¹¹ Não será considerado o distanciamento entre a política definida e a intenção de realizá-la.

Serão utilizados principalmente dados referentes ao orçamento nacional, no período de 2001-2007, e serão os dados oriundos das bases de dados enumeradas a seguir.

- Siga Brasil;
- SIAFI; e
- Ipeadata

A totalização dos dados de execução da despesa, quando não citado em contrário, é realizada pela soma das despesas pagas com os restos a pagar inscritos (processados e não processados). Os dados trabalhados serão inflacionados para o ano de 2007 com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE. Sua escolha decorre do fato de ser um índice ao consumidor, evitando-se o peso dos

¹⁰ Fernandes, 2006:86.

¹¹ Mendes (2008) defende que a formulação do PPA teria se tornado um ato formal. Por extensão de argumentos, pode-se concluir que os demais instrumentos orientadores de políticas também não são empregados na formulação orçamentária, ainda mais por estes não serem determinações constitucionais.

itens no atacado que, via de regra, não caracterizam as despesas de defesa, e nacional, além de ser índice utilizado pelo governo como referência para sua meta.

Os dados referentes aos gastos internacionais com defesa serão retirados do *Stockholm International Peace Research Institute* primariamente e, secundariamente, do *The World Factbook*, publicado pela CIA.

O comparativo inicial será realizado através dos comparativos internacionais a fim de verificar a semelhança da tendência de gastos com defesa no Brasil em relação ao mundo. Seguirá uma avaliação da participação dos gastos de defesa em relação aos demais gastos do governo e, em seguida, a ações executadas dentro da função defesa nacional. Assim, pelas características observadas pelas relações efetuadas, será mensurado o alcançar dos objetivos da PDN através da análise quantitativa de recursos empregados para cada um dos objetivos.

4. ECONOMIA E DEFESA

Defesa é uma das principais atividades do Estado Nacional e é um dos serviços indispensáveis que devem ser ofertados pelo Estado¹². É uma função que é base da garantia da soberania do Estado Moderno, sendo apresentado como “o conjunto de medidas e ações do Estado [...] para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas [...]”¹³. Nos termos do Banco Mundial:

*[...] At a minimum the state must perform the most basic functions of maintaining law and order, providing national defense, and establishing a framework for managing economic transactions.*¹⁴

A defesa nacional é um bem público puro típico por apresentar as características de não rivalidade e não excludência. Neste sentido, se mostra indispensável a atuação do Estado e, portanto, que sejam utilizados recursos da sociedade (receitas públicas) no financiamento desta atividade.

A intangibilidade do bem o torna de difícil apreciação pelos cidadãos. “Contribuir para a dissuasão” – parte da missão do exército brasileiro – não é algo facilmente compreendido e associado às necessidades pelo cidadão comum. Talvez este seja um indicativo forte dos motivos pelos quais existiria um distanciamento entre os assuntos estratégicos e de defesa e as pessoas.

¹² The World Bank, 1997:26-28.

¹³ BRASIL. Política de Defesa Nacional, 2005.

¹⁴ The World Bank, *op. cit.*:158

Mesmo assim, o problema da alocação de recursos em defesa não se afasta da definição inicial da ciência econômica proposta por Robbins (1945[1932]:21-23). Segundo Almeida (2001:22), que associa o problema de escolhas à visão de defesa,

o conceito de *trade-off* em defesa é tradicionalmente conhecido como o dilema “manteiga versus canhões”, ou “arados versus espadas”. Segundo este ponto de vista, a nação deverá alocar seus recursos de forma a produzir bens “civis” ou “militares” de acordo com sua necessidade e, ao mesmo tempo, zelar para que a produção de ambos os bens se dê com a utilização mais elevada possível dos recursos disponíveis, sob pena de se incorrer em imperdoável desperdício das potencialidades nacionais. Assim, arados e espadas deverão ser produzidos em quantidades que atendam às necessidades de geração de riquezas (arados) e de proteção de riquezas geradas (espadas).

Neste sentido, a apreciação dos gastos militares se torna relevante para o setor público. Por um lado, não se pode deixar que a garantia da soberania seja relegada a segundo plano e seja permitida a redução da garantia de viabilidade e de manutenção do próprio Estado e não sejam as riquezas produzidas adequadamente protegidas. Por outro, não se pode negar que os recursos financeiros são limitados e que há de utilizá-los em outras áreas que afetem mais diretamente a qualidade de vida da população.

5. ANÁLISE DE DADOS

5.1 Gastos internacionais com defesa

A tabela 1, apresentada em seguida, foi construída a partir dos dados de relação percentual dos gastos militares ao PIB dos países apresentados. Os países foram selecionados a partir de critérios de semelhanças econômica, regional e de estruturação militar, além de interesse estratégico e referência mundial. Rússia, Índia e China constam em virtude de sua aglutinação no bloco BRIC, de potenciais econômicos semelhantes. Argentina, Chile e Venezuela são países sul-americanos que regionalmente apresentam interesse estratégico. A Argentina pela rivalidade histórica, mesmo que transformada em cooperação nos anos recentes¹⁵; o Chile pela representatividade dos investimentos na área de defesa; e a Venezuela pelo aumento de influência na região¹⁶. Estados Unidos, Reino Unido e França são referências históricas na área defesa, estiveram em guerra em fases do período analisado. Espanha, Itália e Tailândia foram incluídas por completarem com os demais a lista de países que operam

¹⁵ Cervo e Bueno, 2002:469-470.

¹⁶ Couto, 2007:171.

navios-aeródromos¹⁷. Assim, a semelhança de emprego deste meio operativo - que é núcleo de uma esquadra -, aglutina os mesmos pela demonstração de similaridade na visão de constituição de suas forças de guerra. O coeficiente β_1 foi obtido através da regressão linear dos dados expostos na tabulação.

Como avaliação inicial dos gastos de defesa, surge a apreciação se, de fato, eles têm sido reduzidos no Brasil nos últimos anos de forma a demonstrar um relativo descaso nacional com este bem público a ser oferecido à sociedade.

Em uma visão inicial, os dados da Rússia parecem destoar, apresentando um coeficiente relativamente bem mais elevado. Parece esta situação ser consequência dos altos níveis de gastos observados no período de 1988 a 1990. Neste período de observação, o alto percentual de gastos militares ainda se refere a dados da União Soviética – que somente se dissolveria em 26 de dezembro de 1991 – com características da superpotência da Guerra Fria, a que Thatcher chegou a afirmar que armas seriam a prioridade dos soviéticos sobre qualquer outra¹⁸. Desconsiderando-se o período estimado de gastos anteriores ao fim da URSS, o coeficiente β_1 é aumentado de -0,57 para -0,11, o que reduz a taxa de diminuição mas ainda preserva o valor negativo, agora em nível compatível com o dos EUA e Reino Unido. Considera-se, portanto, mais razoável a utilização deste valor para as próximas comparações.

Tabela 1 - Gastos militares (1988 - 2005)

	Gastos militares como porcentagem do PIB (%)																	β_1	
	ano 1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004		2005
Brasil	2,5	3,3	2,4	1,4	1,5	1,8	1,6	2,1	1,7	2,0	1,9	1,7	1,7	1,9	2,1	1,6	1,5	1,6	-0,04
Rússia	15,8	14,2	12,3	*	5,5	5,3	5,9	4,4	4,1	4,5	3,3	3,4	3,7	4,1	4,3	4,3	3,9	4,1	-0,57
Índia	3,6	3,5	3,2	3,0	2,8	2,9	2,8	2,7	2,6	2,7	2,8	3,1	3,1	3,0	2,9	2,8	2,6	2,8	-0,03
China	*	2,8	2,7	2,5	2,7	2,1	1,9	1,8	1,8	1,7	1,9	2,0	2,0	2,2	2,3	2,3	2,0	2,0	-0,03
Argentina	1,5	1,5	1,2	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6	1,4	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4	1,2	1,2	1,1	1,0	-0,02
Chile	5,0	4,2	4,3	3,9	3,7	3,6	3,3	3,1	3,1	3,2	3,4	3,7	3,7	3,7	3,8	3,4	3,8	3,8	-0,04
Venezuela	*	*	*	1,8	1,6	2,1	1,6	1,5	1,0	1,8	1,4	1,6	1,3	1,7	1,3	1,3	1,2	1,2	-0,04
EUA	5,8	5,6	5,3	4,7	4,9	4,5	4,1	3,8	3,5	3,4	3,2	3,1	3,1	3,1	3,4	3,8	4,0	4,1	-0,12
Reino Unido	4,1	4,0	3,9	4,1	3,8	3,5	3,3	3,0	2,9	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,5	2,7	2,7	2,7	-0,11
França	3,6	3,5	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3	3,0	2,9	2,9	2,7	2,7	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,5	-0,07
Espanha	2,0	2,0	1,8	1,7	1,5	1,7	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	-0,05
Itália	2,3	2,3	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,7	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	-0,01
Tailândia	2,8	2,6	2,6	2,5	2,6	2,4	2,4	2,3	2,2	2,1	1,9	1,6	1,4	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	-0,10

* Dados não disponíveis

** Dados em itálico são valores estimados pela fonte

Fonte: SIPRI. Elaborado pelo autor.

¹⁷ São os países que operam navios-aeródromos (ativa - em construção): Estados Unidos (11-2); Reino Unido (3-2); Índia (1-2); Itália (1-1); França (1-1); Espanha (1-1); Brasil (1-0); Rússia (1-0) e Tailândia (1-0). Jane's Fighting Ships.

¹⁸ "The men in the Soviet politburo don't have to worry about the ebb and flow of public opinion. They put guns before butter, while we put just about everything before guns." Thatcher, 1976.

Observe-se ainda a ocorrência de conflitos armados no período: Guerra do Golfo (1991); Somália (1993); Bósnia (1995); Iugoslávia (1999); Afeganistão (desde 2001) e Iraque (desde 2003). Os Estados Unidos tiveram participação em todos eles. Participaram também de conflitos o Reino Unido, a França, a Espanha e a Itália o que poderia explicar gastos mais elevados em determinados períodos o que pesaria em sentido contrário à tendência constatada de redução de despesas militares.

Comparando-se os dados, constata-se que todos os coeficientes β_1 calculados são negativos, sugerindo, portanto, que o percentual do PIB empregado em defesa nacional tenha sido reduzido para todos os Estados analisados.

Tendência brasileira é inferior a média dos coeficientes que é de -0,6 (desvio padrão de 0,4) e é similar a de Chile e Venezuela (todos apresentam o coeficiente -0,4), países relevantes regionalmente. Em relação à Argentina, a tendência deste país à redução é menor (-0,02), entretanto, a proporção do PIB executada na área militar é dois terços da brasileira e a menor entre as nações avaliadas.

Proximidade pode ser observada também entre os gastos de Estados Unidos e União Soviética que, embora apresentem gastos percentuais consideravelmente superiores aos brasileiros, também apresentam taxa de redução de participação no PIB consideravelmente superiores.

A média percentual de gastos é de 2,3%, sendo reduzida para 2,0% ao serem excluídas as antigas duas superpotências. A média sul-americana é de 1,9%, mas com destaque para os gastos chilenos de 3,8%. O Chile parece destoar em gastos percentuais na região, entretanto, as heranças institucionais deixadas por seu regime militar podem ainda ter influências considerável na estrutura de gastos.

Corroborando a visão de Davoodi *et al.* (2001:291) que consolida estudos que demonstram a redução de gastos militares nos anos mais recentes, os gastos do Brasil parecem seguir uma tendência mundial de sua redução. Não parece ser, assim, um caminho destoante seguido, mas um alinhamento na propensão à redução de gastos juntamente com os demais países.

5.2 Gastos orçamentários nacionais

A tabela 2 consolida os dados da execução orçamentária da despesa, atualizados pelo IPCA para o ano de 2007, referentes ao período de 2001 a 2007, nas oito

funções com maiores gastos anuais em 2007, excetuando-se a função encargos especiais¹⁹. A função encargos sociais foi excluída em virtude de serem gastos que não agregam valor ao serviço final prestado pelo governo. Por serem em grande parte representados por compromissos assumidos ou obrigatórios, os valores não estão em disponibilidade para emprego que registre o peso político relativo entre as funções, em que pese honrar os encargos especiais ser, de certa forma, também uma opção. Ao lado dos valores, é apresentada a sua relação percentual com o total de gastos considerado para o ano. Por fim são apresentados os coeficientes β_2 – da regressão dos valores dos gastos ajustados – β_3 – de regressão dos percentuais em relação ao total de gastos – e ρ – de correlação entre o gasto e o total.

Tabela 2 - Despesa executada por função (2001-2007)

Despesa executada por função										
ano	2001		2002		2003		2004		2005	
	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%
Previdência Social	161,65	51,5	164,66	51,3	178,44	55,2	188,47	54,0	203,10	53,7
Saúde	35,85	11,4	34,96	10,9	33,84	10,5	38,16	10,9	40,32	10,7
Assistência Social	7,98	2,5	8,72	2,7	10,40	3,2	15,90	4,6	17,20	4,5
Educação	17,57	5,6	17,73	5,5	17,48	5,4	16,93	4,8	17,70	4,7
Trabalho	11,22	3,6	11,36	3,5	11,64	3,6	12,19	3,5	13,71	3,6
Defesa nacional	18,80	6,0	16,74	5,2	14,25	4,4	15,44	4,4	16,76	4,4
Judiciária	10,12	3,2	10,97	3,4	10,24	3,2	12,00	3,4	11,54	3,0
Administração	9,56	3,0	10,13	3,2	9,01	2,8	10,19	2,9	9,83	2,6
Total (sem enc. esp.)	313,91		320,99		323,10		349,34		378,41	
ano	2006		2007				β_2	β_3	ρ	
	R\$*	%	R\$*	%						
Previdência Social	222,47	52,3	234,38	49,9			12,80	-0,16	0,98	
Saúde	44,02	10,3	47,71	10,2			2,15	-0,17	0,99	
Assistência Social	22,64	5,3	24,86	5,3			3,05	0,53	0,97	
Educação	20,62	4,8	24,53	5,2			0,96	-0,12	0,91	
Trabalho	17,30	4,1	19,76	4,2			1,41	0,11	0,99	
Defesa nacional	17,68	4,2	19,59	4,2			0,24	-0,27	0,56	
Judiciária	15,18	3,6	16,07	3,4			0,98	0,03	0,97	
Administração	11,9	2,7	14,14	3,0			0,62	-0,04	0,91	
Total (sem enc. esp.)	425,62		469,95				26,17			

Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

* valor em bilhões de reais

Pode-se observar que a função “Defesa Nacional” constituía o terceiro maior gasto em 2001 (com um orçamento de 18,8 bilhões, atrás apenas dos gastos com a previdência social – 161,65 bilhões – e saúde – 35,85 bilhões) e teve a sua participação na despesa

¹⁹ “A função ‘Encargos Especiais’ engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.” – Portaria nº 42/99-MPOG, art. 1º, § 2º.

executada reduzida até o ano de 2007, quando foi o sétimo maior gasto. Embora a participação relativa das despesas em defesa tenha sido reduzida de 6% para 4% no período em relação ao total sem encargos especiais, em números absolutos, houve um acréscimo de 4,2% nas despesas nesta função orçamentária, descontada a inflação.

Este acréscimo, embora tenha ocorrido, foi proporcionalmente inferior aos demais gastos o que explica a redução da participação dos gastos militares em relação ao total. Para Fernandes (2006:76), o que viria ocorrendo com os gastos militares para o período que observou de 1995 a 2002, não distante, nem completamente distinto, do ora estudado seria que:

ao invés de buscar orçamentos condizentes, mesmo que reduzidos, com base na PDN, o que se pode verificar foi o corte puro e simples dos recursos destinados aos militares. A opção que parece bastante clara é a de, não havendo interesse em realmente otimizar a função Defesa, pelo estudo criterioso das necessidades, mas simplesmente inviabilizar ou tornar bastante limitadas as possibilidades políticas das instituições militares, ainda que pese ser compreensível que, em razão da exiguidade de recursos disponíveis e da infinidade de deficiências e problemas sociais, a Defesa ser, normalmente, deixada com uma baixa alocação de recursos.

Evidência neste sentido poderia ser encontrada a partir da observação do coeficiente de correlação ρ parece indicar uma dissociação consideravelmente maior para os gastos de defesa nacional ($\rho = 0,56$) do que para as demais funções constantes do orçamento (que têm todas $\rho > 0,90$). É certo que isso representa uma tendência contrária dos gastos de defesa em relação ao demais.

Em que pese a visão de Fernandes, o coeficiente ρ parece ser tão somente a quantificação da maior alocação do crescimento da disponibilidade de recursos financeiros em outras áreas em detrimento da defesa nacional. Deve-se lembrar que a tendência mundial de participação dos gastos da função defesa nacional é negativa. Assim, não se pode entender definitivamente que o que há é uma falta de interesse de otimizar a função defesa ou que se deseje inviabilizar simplesmente as instituições militares. Parece ser mais adequada uma visão conforme os resultados empíricos obtidos dos dados já mencionados que levam à conclusão de que a redução da participação dos gastos com defesa nacional vem sendo decrescente.

5.3 Qualidade dos gastos de defesa nacionais

A tabela 3 reúne as ações que representaram as maiores despesas na função defesa, constituindo 80% dos gastos no período entre 2001 e 2007, e também as que tiveram

esta representatividade no ano de 2007. Os valores foram inflacionados para o último apresentado pelo IPCA.

De início, nota-se uma forte concentração dos gastos nestas ações tabeladas, pois, numericamente, os 80% dos gastos representam apenas 4% de todas as 357 ações que tiveram recursos executados no período observado.

Destaque especial se observa em relação aos gastos com a remuneração dos militares, os quais constituem 55% da despesa no período. Caso sejam agregadas todas as despesas com pessoal, diretas e indiretas, observa-se que o valor atinge a 57% do total de gastos. Este valor observado supera, em muito, a proporção argentina de 29,7%²⁰ das despesas do ministério da defesa executadas com pessoal e a proporção americana, de 25,2%²¹.

Os gastos com o salários dos militares têm especial relevância no total das contas de defesa e apresentam características que devem ser observadas com maior detalhamento. Fernandes (2006:87) apresenta as estas despesas com pessoal como impositivas, sendo um limitador sobre a capacidade operacional das Forças. Esta é uma visão comum no meio militar. Existe uma corrente neste meio que considera este tipo de gasto com pessoal um custo fixo. Esta visão só é apropriada no curto prazo, pois a médio e a longo prazos, a variável mão de obra pode ser alterada através de políticas de pessoal que visem a otimização de sua utilização. Mesmo sendo uma atividade intensiva em pessoal, avanços tecnológicos e tendências mundiais de terceirização das atividades subsidiárias poderiam reduzir esta concentração de despesas no meio militar de forma que trouxessem a relação entre gastos de pessoal e gastos totais a níveis mais próximos de Argentina ou Estados Unidos, como apresentado.

²⁰ Argentina. Ministerio de Economía, 2008.

²¹ Estados Unidos. Department of Defense, 2006.

Tabela 3 - Maiores gastos na função Defesa Nacional (2001-2007)

Maiores gastos na função Defesa Nacional (em milhões de reais)										
Ação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	% 2007	%
Remuneração dos militares das Forças Armadas	9.396,57	9.979,35	8.630,93	8.562,45	9.059,67	10.061,29	10.214,21	65.904,48	52,2	55,3
Administração da unidade	549,33	493,39	659,81	1.639,86	1.564,63	1.775,66	1.885,90	8.568,58	9,7	7,2
Serviços médico-hospitalares e odontológicos	263,49	298,91	266,60	501,98	542,85	654,17	655,81	3.183,82	3,4	2,7
Aquisição de aeronaves	530,80	227,12	236,96	529,42	408,48	565,57	640,93	3.139,29	3,3	2,7
Operação e manutenção de equipamentos e sistemas de controle do espaço aéreo	466,02	354,95	356,66	395,95	342,48	362,42	495,95	2.774,42	2,5	2,3
Remuneração de pessoal ativo da União e encargos sociais	871,60	932,55	886,77	-	-	-	-	2.690,91	-	2,3
Alimentação de pessoal	397,90	320,67	395,18	436,16	369,34	376,13	395,33	2.690,70	2,0	2,3
Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes	250,71	188,78	297,57	357,50	404,22	427,44	438,52	2.364,74	2,2	2,0
Modernização e revitalização de aeronaves	831,24	392,24	168,29	205,32	253,80	66,72	184,58	2.102,20	0,9	1,8
Manutenção e suprimento de material aeronáutico	-	-	236,63	267,00	256,44	202,49	413,83	1.376,39	2,1	1,2
Aprestamento das Forças Navais	226,69	212,31	160,99	136,00	192,15	151,94	254,24	1.334,31	1,3	1,1
Participação da União no capital da Infraero -adequação da infra-estrutura aeroportuária	-	-	-	-	-	-	565,11	565,11	2,9	0,5
Total	18.803,46	16.743,64	14.253,09	15.435,09	16.759,14	17.678,39	19.552,42	119.225,23		

Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

Um argumento contrário a esta visão exposta poderia ser o de a relação ser elevada em virtude de haver redução do orçamento total alocado à defesa e, sendo os gastos com pessoal fixos no curto prazo, as demais despesas seriam, portanto, reduzidas. Não parece este ser um argumento apropriado. Isto porque, conforme já discutido, a proporção dos gastos com defesa em comparação aos níveis internacionais parece apresentar similaridade. Giambiagi (2007:26), ao analisar as contas com servidores públicos e militares em relação ao peso dos inativos em relação aos ativos ressalta que:

[...] o problema dos inativos do serviço público vem com o tempo se convertendo em um problema mais estreitamente ligado ao regime de aposentadoria dos militares, o que requer disposição para enfrentar uma questão que, mais de 20 anos após a redemocratização, nenhum governo enfrentou. [...] No caso dos militares [a proporção do que se gasta] é de R\$ 1,67 com inativos para cada R\$ 1 gasto na ativa. O resultado disso é que os militares, sendo 16% da despesa total com ativos civis e militares dos Três Poderes, respondem por 34% da despesa com inativos.

O financiamento das aposentadorias e pensões militares pode ser observado na relação apresentada na tabela 4, elaborada a partir de dados constantes do Boletim Estatístico de Pessoal (MPOG, 2007: 15; 31), que explicita a maior participação das aposentadorias e pensões em relação às despesas com ativos – relação de 1,70 atualizada para o ano de 2007.

**Tabela 4 –
Total de militares e respectivo gasto com salários (2007)**

	R\$	militares
Ativos	10.218,30	426.771
Aposentados	9.916,10	135.088
Instituidor de Pensão	7.446,60	190.797

Fonte: MPOG. Elaborado pelo autor.

As despesas com “administração da unidade” são o segundo gasto mais representativo: 7,2%, em todo o período, e 9,7%, em 2007. São gastos que se destinam à manutenção dos serviços administrativos, dos veículos e das instalações dos órgãos e custeiam atividades tais como energia, água e esgoto, telefonia, tintas e outros custos de reparos e serviços. Estes são, de fato, gastos impositivos. Mas são também, entretanto, variáveis em função da qualidade da administração dos órgãos em termos de eficiência, um princípio constitucional.

Existem diversos exemplos de replicação de atividades as quais são executadas simultaneamente nas três Forças, o que significa uma replicação destas atividades dentro do mesmo ministério, reproduzindo custos que parecem que poderiam ser evitados. O pagamento

do pessoal militar é um exemplo claro. A sua fundamentação em lei divergente da regulamentação dos servidores civis²² é uma explicação para sua execução fora do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por outro lado, a sua execução em três diferentes órgãos subordinados ao mesmo Ministério da Defesa²³, um para cada Força, não parece ser de adequada em termos de eficiência, empregando recursos da defesa nacional certamente sem uma utilização ótima. Outros exemplos são relativos à gestão de inativos e pensionistas; à obtenção de materiais comuns; à gestão de pessoal.

Parece que a busca pela otimização das ações de defesa, inclusive com a terceirização de alguns serviços é mundial, como tentativa de aperfeiçoar o setor de defesa é uma tendência mundial que

países com grandes capacidade e desempenho [administrativos] estão realizando suas atividades através de agências e de contratos de terceirização até mesmo para atividades de maior complexidade relativas à essência do setor público, tais como defesa, educação e saúde.²⁴

Vieira (2007), que analisa descritivamente o posicionamento da Petrobrás em relação ao fornecimento de combustíveis à Força Naval, e Sales (2007) realizam estudos na área de terceirização que focam principalmente o suporte logístico à atividade militar, a atividade-fim. Entretanto, esta forma de execução das atividades deve ser explorada nos termos de também proporcionar a realização de atividades subsidiárias, principalmente em relação às ligadas à manutenção. Não são incomuns os exemplos em relação à existência de militares profissionais na execução de tarefas gerais como as de limpeza, pintura ou condução de veículos, recebendo soldos consideravelmente superiores à média de mercado dos salários para a atividade. A exploração deste assunto pode ser consideravelmente aprofundada e foge ao propósito deste trabalho, entretanto, destes exemplos se pode inferir a existências de atividades que poderiam ter incrementados seus níveis de eficiência, de forma a gerarem, assim, ganhos orçamentários reais.

Por outro lado, é também o Banco Mundial cauteloso em sua recomendação no sentido de que

[...] países com pequena capacidade de fazer cumprir contratos de maior complexidade e sem controles estatais fortes o suficiente para

²² A remuneração dos militares é normatizada pela da Medida Provisória nº. 2.215-10/01, ao contrário dos servidores civis, que são regidos pela Lei nº. 8.112/90.

²³ São três os órgão que no Ministério da Defesa executam o pagamento dos militares: a Pagadoria de Pessoal da Marinha, o Centro de Pagamento do Exército e a Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (da Aeronáutica).

²⁴ The World Bank, *op. cit.* p.87. Tradução livre do autor.

evitem comportamentos arbitrários por parte das autoridades num sistema de gestão mais flexível devem agir com cautela.²⁵

A estrutura administrativa federal apresenta elevadas taxas de terceirização nos ministérios civis, entretanto, a terceirização na área militar, ainda que para a parte administrativa, parece, a partir dos exemplos mencionados, carecer de uma reestruturação administrativa interna para que se viabilize, inclusive na preparação dos gestores e fiscais dos contratos a fim de que se evite a cautela sugerida pelo Banco Mundial.

Constam ainda dos principais gastos do período consolidado no estudo a aquisição, modernização e revitalização de aeronaves – 4,5% – e a operação de meios, com destaque para o suprimento de combustíveis e lubrificantes – 2,0% e para as forças navais – 1,3%. Neste campo de gastos operacionais, como pode ser observado a partir de Araujo (2007: 23), parece ser o Ministério da Defesa o órgão integrador, mas que não tem logrado êxito, após quase uma década de sua criação, em produzir nas Forças Armadas a uniformidade doutrinária necessária. Este aspecto pode, portanto, produzir deficiências no emprego conjunto das Forças e, conseqüentemente, ineficiência e ineficácia da defesa nacional.

Outros gastos que são mostrados com relevância no último ano do período analisada são os executados em razão do aumento do capital da Infraero para a adequação de infra-estrutura aeroportuária. Esta despesa pontual leva a indagação se ele seria resultado da crise aérea deflagrada após o acidente com o voo 1907 da Gol Linhas Aéreas, principalmente se for associada a ação de operação e manutenção de sistemas de controle do espaço aéreo. Se observarmos o histórico orçamentário, parece que a participação dos gastos aeronáuticos não sofreu variação. Entretanto, comparativamente entres o orçamento de 2005 (pré-crise) e o de 2007 (pós-crise), pode ser observado um acréscimo desproporcional em relação aos aumentos relativos sofridos pelas demais ações no período. Este fato pode indicar uma reação que se fez necessária em decorrência de uma carência de recursos pela qual passou o sistema aéreo no período precedente, entretanto, sem possibilidade de definir se é conseqüente de insuficiência de recursos em termos da restrição orçamentária de defesa ou de deficiências de gestão dos recursos disponíveis.

²⁵ The World Bank, *op. cit.* p.87. Tradução livre do autor.

5.4 Adequação do orçamento defesa

Como observado, a parte mais representativa do orçamento de defesa é constituída pelos gastos militares. Uma equação genérica para os gastos militares, apresentada por Sandler e Hartley (1995: 46), pode ser definida como a seguinte,

$$GM = f(y, p, s, a)$$

na qual, GM são os gastos militares, y é a renda medida em termos do PIB; p são os preços relativos dos bens de defesa; s são os gastos militares agregados dos aliados a um Estado e t são os gastos militares agregados das ameaças ao Estado. Duas são as variáveis que trazem maior interesse à análise realizada neste trabalho: renda e ameaças ao Estado.

A renda é um dos principais fatores que definem o nível de gastos militares. “À medida que o PIB cresce, o Estado tem tanto mais riquezas a proteger quanto maiores meios para lhes prover proteção”²⁶. Logo, a relação positiva $\frac{\partial GM}{\partial y} > 0$ entre gastos militares e renda mostra ser a defesa um bem que tem sua demanda crescente de acordo com a renda.

Esta apreciação sobre a renda, no entanto, não exaure todas as riquezas as quais necessitam de proteção. Poder-se-ia, portanto, considerar-se esta variável a partir dos bens que se tem a proteger e, neste aspecto, estariam contidos bens que não influenciariam diretamente no PIB, por diversas considerações possíveis, como são diversos os exemplos brasileiros.

As extensões da Amazônia legal – que representa mais de 60% do território – e da zona econômica exclusiva – que a Marinha passou a chamar de Amazônia Azul a fim de conseguir maior atenção a este espaço e que é equivalente a quase metade do território nacional – possuem quantidade expressiva de riquezas que demandam proteção. A extensão das fronteiras terrestres com 10 diferentes países, sendo que significativa parte ocorre em áreas de florestas, também é um relevante condicionador da demanda por defesa nacional. Estes fatores agregados à renda permitem que seja, de certa forma, dimensionada empiricamente a necessidade por gastos nesta área.

A razão positiva entre gastos militares e ameaças existentes é decorrência lógica direta, sendo clara a relação $\frac{\partial GM}{\partial a} > 0$. Por outro lado, a percepção de ameaças no cenário nacional não é comparativamente tão direta.

Este cenário de ameaças está desenhado na PDN, entendendo-se como pouco provável um conflito generalizado entre Estados e com sendo também de probabilidade

²⁶ Sandler e Hartley, 1995: 46.

reduzida de conflitos no âmbito de inserção regional do Brasil. De outra parte, vulnerabilidades surgem a partir da contínua evolução da tecnologia de informação que possibilita a realização de prejuízos às atividades nacionais de forma remota, principalmente por países que têm condições de investir nominalmente maiores recursos financeiros na área de defesa. A inserção no mercado internacional também é fator que possíveis atritos competitivos com demais países ou conjuntos econômicos. Ilícitos transnacionais e terrorismo também constituem ameaças à garantia da lei e da ordem nacionais.

Um aspecto fundamental para se decidir sobre a adequação positiva ou não do orçamento de defesa às necessidades nacionais é a capacidade de se mensurar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos para os gastos efetuados em termos de conformidade com as variáveis supra analisadas. Esta capacidade de mensuração ocorrer através da existência de indicadores elaborados que tenham a propriedade de revelar o grau de eficácia dos gastos em função de seu propósito.

Entretanto, não existem definidos estes indicadores para a PDN e este próprio documento não é específico em relação a objetivos quantificáveis. Desta forma, a carência de indicadores não torna possível a verificação da adequação dos gastos com defesa nacional em função direta da PDN estabelecida.

A aproximação que se pode fazer desta adequação é a compilação das avaliações qualitativas e comparativas possíveis a partir dos dados disponíveis e que foram realizadas neste trabalho. Esta aproximação não apenas deve considerar o que é de fato realizado, mas também o *trade-off* existente em comparação com os demais bens ofertados pelo Estado.

Em atenção à realidade econômica brasileira, nota-se que é pequena a flexibilidade orçamentária para investimentos e mesmo para a manutenção das atividades existentes. Não seria de se supor razoável, então, capacidade plena de custeio e investimento para o setor específico de defesa nacional. Em um comparativo internacional, o Brasil não se distancia em termos totais dos demais países utilizados como referência. Por outro lado, repara-se uma forte concentração de gastos, em especial em gastos com pessoal, que destoa do comparativo internacional o que pode sugerir, aliado a exemplos administrativos apresentados, a necessidade de observação de aspectos de eficiência da organização da defesa nacional.

6. CONCLUSÃO

O conjunto de análise de gastos em defesa nacional buscou responder às questões sobre a adequação quantitativa e qualitativa destes ao cenário nacional.

Em termos comparativos, parece ser infundada visão de que o Brasil deixa em segundo plano a questão de defesa em termos orçamentários, reduzindo-o indiscriminadamente. Pode-se constatar que a redução dos gastos é uma tendência mundial e que a tendência de redução brasileira se encontra em conformidade com os demais países com características similares. E, se comparado com a tendência dos países que tradicionalmente têm gastos em substanciais nesta área – como Estados Unidos, Reino Unido e Rússia – inclusive com participações em conflitos, externos e internos, observa-se uma tendência em nível reduzido. Não parece, portanto, existir um descaso com os gastos em defesa nacional no Brasil. Parece, pelo contrário, que o orçamento brasileiro vem seguindo a tendência internacional.

Por outro lado, ao se analisar a distribuição dos gastos de defesa, a estrutura do orçamento parece ter algumas características marcantes, que podem influenciar fortemente na percepção existente de indisponibilidade de recursos.

A relação existente entre os gastos com pessoal militar e o total de gastos com defesa nacional foi medida como sendo excessivamente elevada. Julgou-se ainda, contrariamente ao que costumeiramente se é afirmado, que esta relação não é fixa no longo prazo. Portanto, considerou-se possível a execução de estudos e ações que visem à adequação desta relação às perspectivas orçamentárias atuais e aos objetivos da defesa nacional, com o acréscimo de novas políticas de pessoal militar e emprego de maior tecnologia para a operação e para a administração.

Constatou-se ainda a necessidade de integração da operação e da administração das três Forças, senão por fatores estratégicos de emprego conjunto em termos de eficácia da defesa nacional, mas sim por critérios de eficiência administrativa e operacional.

Em uma apreciação em que se considere o contexto no qual estão inseridos as despesas com defesa nacional, os gastos com esta função estatal integram um *trade-off* de difícil solução. Desta escolha alocativa, participam também saúde, educação, trabalho, assistência social e previdência social, funções estas a que são atribuídas, de forma geral, um peso social mais elevado, principalmente por apresentarem um retorno à população consideravelmente mais tangível e próximo às suas necessidades mais explícitas.

De forma geral, a consolidação de dados orçamentários de defesa nacional e a avaliação qualitativa de sua destinação realizadas neste estudo indicam a necessidade de se apreciarem com maior frequência e profundidade este tipo de despesa executadas no orçamento geral da União, de forma a se acompanhar adequadamente a execução das políticas governamentais que visem a prover este bem público típico.

Referências

ALMEIDA, C. W. L. “Economia e orçamento para a defesa nacional”. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v.32, n. 90, out-dez. 2001.

_____. “Projeto de força e orçamento: planejar a Marinha do Brasil”. Security and Defense Studies Review, v. 7, n. 1, spring 2007. Disponível em <<http://www.ndu.edu/chds/journal>>. Acesso em 19 mai. 2008.

ANTONAKIS, N. “Guns versus Butter: A Multisectoral Approach to Military Expenditure and Growth with Evidence from Greece, 1960-1993”. The Journal of Conflict Resolution, Vol. 43, No. 4, (Aug., 1999), pp. 501-520.

ARAÚJO. A.C. CMG(FN). Terceirização da logística: uma alternativa válida à otimização do apoio logístico combinado? Rio de Janeiro, 2007. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas). Escola de Guerra Naval.

ARGENTINA. Ministerio de Economía. Secretaría de Hacienda. Ejecución Presupuestaria Nacional. Disponível em <<http://www.mecon.gov.ar/consulta/index0a>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BENOIT, E. “Growth and Defense in Developing Countries”. Economic Development and Cultural Change, Vol. 26, No. 2, (Jan., 1978), pp. 271-280.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Ipeadata. Base de dados. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 42-MPOG. Diário Oficial da União. 15 abr. 1999.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. Boletim Estatístico de Pessoal. v.12, n.140. Brasília: MP, dez 2007.

_____. Política de Defesa Nacional. Aprovada pelo Decreto n.º 5.484. Diário Oficial da União. 30/jun./2005.

_____. Senado Federal. SIGA Brasil. Base de dados. Disponível em <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil>.

BRIGAGÃO, C.; PROENÇA, D.Jr. Concertação Múltipla: inserção internacional de segurança do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2002.

CERVO, A.L.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil. 2 ed. Brasília: UnB, 2002.

COUTO, L. F. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, jan./jun. 2007, vol.50, n.1, p.159-176.

DAVOODI, H.; CLEMENTS, B.; SCHIFF, J. e DEBAERE, P. “*Military Spending, the Peace Dividend, and Fiscal Adjustment*”. IMF Staff Papers. vol. 48, n. 2. International Monetary Fund, 2001.

DEGER, S. “*Economic Development and Defense Expenditure*”. Economic Development and Cultural Change, v. 35, n. 1, (Oct., 1986), pp. 179-196.

DEGER, S. e SEN, S. “*Optimal control and differential game models of military expenditure in less developed countries*”, Journal of Economic Dynamics and Control. v. 7, 153-169 (1984).

DEROUEN Jr., K. e HEO, U. “*Modernization and the Military in Latin America*”. British Journal of Political Science, v. 31, n. 3, (Jul., 2001), pp. 475-496.

DESAI, V.S. “*Differential Games Results for Military Expenditures of Unequal Antagonists in the Third World*”. Mathematical and Computer Modelling. Vol. 21, No. 12, pp. 85-91, 1995.

ESTADOS UNIDOS. Central Intelligence Agency CIA. The World Factbook, 2008.

Referência do ano de 2006. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 18 mai. 2008.

_____. Department of Defense. FY 2007 – Department Of Defense Budget. Apresentação em slides a 6 fev. 2006. Disponível em <<http://www.defenselink.mil/news/feb2006/d20060206slides.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2008.

FERNANDES, F.B. As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília.

GIAMBIAGI, F. Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007. Brasil: IPEA, nov. 2007. (Texto para discussão n.º. 1309).

HEWITT, D. “*Military Expenditures Worldwide: Determinants and Trends, 1972-1988*”. *Journal of Public Policy*, v. 12, n. 2, (Apr. - Jun., 1992), pp. 105-152.

JANE’S INFORMATION GROUP. Jane’s Fighting Ships. Acesso através de intranet em 31 mai. 2008.

MELESE, F. e MICHEL, P. “*Reversing the Arms Race: A Differential Game Model*”. *Southern Economic Journal*, v. 57, n. 4, (Apr., 1991), pp. 1133-1143.

MENDES, M. J. Sistema orçamentário brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. Consultoria Legislativa do Senado Federal, jan. / 2008. (Texto para discussão 38).

PEDERIVA., J. H. “A defesa brasileira e o orçamento”. *Security and Defense Studies Review*, v. 4, n. 2, fall 2004.

PROENÇA Jr, D.; DUARTE, E. “Comentários a uma Nova Política de Defesa Brasileira”. *Security and Defense Studies Review*. v. 3, n. 2, fall 2003.

ROBBINS, L. An Essay On The Nature And Significance Of Economic Science. 2 ed. London: Macmillan, 1945.

SALES, D. M. CC(IM) A terceirização das atividades de transporte de material no âmbito do sistema de abastecimento da Marinha: implicações nas atividades de comando. Rio de Janeiro, 2007. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. The economics of defense. Nova Iorque: Cambridge, 1995.

SMITH, R.P. “*Models of Military Expenditure*”. *Journal of Applied Econometrics*, v. 4, n. 4, (Oct. - Dec., 1989), pp. 345-359

_____. “*The Demand for Military Expenditure*”. *The Economic Journal*, v. 90, n. 360, (Dec., 1980), pp. 811-820.

STIGLITZ, J. “*Redefining the role of the State*”. *World Economics*. v. 2, n. 3, jul-sept 2001. Em entrevista a Brian Snowdon. p.45-86.

TATCHER, M. Discurso no Kensington Town Hall. 19 jan. 1976. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/speeches/displaydocument.asp?docid=102939>>. Acesso em 31 mai. 2008.

THE WORLD BANK. World Development Report 1997: The State In A Changing World. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

VIEIRA, I. N. CC(IM). A terceirização do suprimento de combustíveis, lubrificantes e graxas na Marinha do Brasil: possibilidades de melhorias e implicações para a atividade de comando. Rio de Janeiro, 2007. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval.